



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TutPrv nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1510541 - RJ
(2015/0021903-2)**

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
REQUERENTE : BIMBO DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : MÁRCIO LAMONICA BOVINO - SP132527
PATRICIA FUKUMA JANNINI - SP107635
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : WICKBOLD E NOSSO PÃO INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS
LTDA
ADVOGADOS : ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES JÚNIOR E
OUTRO(S) - RJ059793
VAMILSON JOSE COSTA E OUTRO(S) - RJ166170

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BIMBO DO BRASIL LTDA., com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fls. 1.177-1.189) ao recurso extraordinário interposto contra acórdão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça

Alega a parte recorrente que "a não atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário implicaria a eficácia imediata da decisão do juízo *a quo*, que determinou a alteração, em 180 dias, dos rótulos de todos os seus produtos integrais, sob pena de multa diária, medida irreversível e de elevado custo financeiro" (fl. 1.178).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não estão configurados o *periculum in mora* ou o *fumus boni iuris*.

O fato novo alegado à fl. 1.179 data de abril de 2021 e não ficou evidente que a referida resolução da ANVISA tem o potencial de alterar os julgados já proferidos nesta Corte.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto, sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente